JORNAL NOROESTE

"Deus seja louvado"

😝 🕓 🎯 🔼 🖂 🖵 🛭

www.jornalnoroeste.com | Edição Regional

Terça-feira, 08 de Julho de 2025

Ano 30 - Edição 1714

contato@jornalnoroeste.com

Mesmo no inverno, vigilância contra a dengue não pode parar

Temperaturas mais baixas não eliminam risco de proliferação do Aedes aegypti; cuidados dentro de casa são essenciais

Foto: Divulgação



Não deixe água parada – um simples descuido pode virar foco do Aedes aegypti

No período do inverno e a consequente queda nas temperaturas, muitas pessoas acreditam que os riscos de dengue diminuem. No entanto, o médico da Estratégia Saúde da Família (ESF) de Nova Esperança, Dr. Juarez de Oliveira, faz

produzir em ambientes com água parada, principalmente dentro de residências e locais protegidos do frio intenso.

"É um erro pensar que

um alerta: o mosquito Ae- no inverno o mosquito dedes aegypti, transmissor da saparece completamente. calhas entupidas, caixas doença, ainda pode se re- As fêmeas adultas do Aedes d'água destampadas e até aegypti podem sobreviver por semanas em ambientes protegidos e continuam representando risco de transmissão", explica o médico. Ele ressalta que recipien-

tes como vasos de plantas, pequenos objetos esquecidos nos quintais ainda são potenciais criadouros do inseto.

Página 3

Câmaras de vereadores não podem aprovar tacitamente as contas do Poder Executivo

PÁG. 2

LDO para 2026 avança no Plenário da Assembleia com 154 emendas PÁG. 6

8 dicas para deixar de ser refém do celular e das redes sociais

PÁG. 7

Câmara de Paranacity faz balanço legislativo do 1º semestre e traça prioridades para o 2º

Foto: Assessoria de Comunicação/Câmara de Paranacity



Câmara de Paranacity: no primeiro semestre foram 17 sessões ordinárias e 12 extraordinárias

Um levantamento feito pela Diretoria Geral da Câmara Municipal de Paranacity mostra que, no primeiro semestre deste ano, os vereadores aprovaram 31 Projetos

de Lei, 16 Projetos de Resolução, 62 Requerimentos e 32 Indicações em 17 Sessões Ordinárias e 12 Extraordiná-PÁG. 3

NoroCast entrevista equipe da Assistência Social de Nova Esperança em novo episódio nesta terça (08)

Podcast do Jornal Noroeste aborda os direitos sociais e os serviços oferecidos à população em situação de vulnerabilidade

Foto: Kaio Kauffman



Alerta contra o Alerta Collida Mosquito da DENGUE

Elimine os criadouros do mosquito transmisssor





Coloque areia nos vásos de planta



Guarde oneus sempre cobertos



Mantenha a caixa d'água limpa



Limpe as calhas da sua casa



Instale telas de proteção em janelās



www.jornalnoroeste.com

Câmaras de vereadores não podem aprovar tacitamente as contas do Poder Executivo

O parecer prévio emitido pelo TCE-PR só deixa de prevaler pelo voto de 2/3 dos Vereadores e são ilegais as normas de Regimento Interno ou Lei Orgânica que prevêem a aprovação tácita, que ocorre pela omissão do Poder Legislativo após decorrido certo número de dias, em geral fixado em noventa.

O advogado e consultor legislativo Gilmar Cardoso reitera que a competência do Poder Legislativo para julgar as contas anuais do chefe do Poder Executivo é inafastável conforme determina os artigos 31 da Constituição Federal (CF/88). Portanto, a câmara municipal tem legitimidade para julgamento do prefeito independentemente do tempo que tenha transcorrido desde o recebimento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Gilmar Cardoso descreve que o julgamento das contas

do prefeito é o momento em que a Câmara Municipal, auxiliada pelo Tribunal de Contas do Estado, realiza uma avaliação sobre a qualidade do gasto público. São analisados os aspectos de legalidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade das ações do Poder Executivo. A partir da análise completa das contas enviadas pelo prefeito e do parecer prévio elaborado pelo TCE, a Câmara votará um projeto de resolução que aprova ou rejeita essas contas,

O artigo 31 da CF/88 dispõe que a fiscalização do município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei; neste sentido, o texto constitucional é claro ao estabelecer que compete ao Poder Legislativo julgar as contas anuais do chefe do Poder Executivo,

A Câmara não julga as contas diretamente, mas por meio de projeto de resolução elaborado pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas com essa finalidade, frisa Gilmar Cardoso CONSTITUIÇÃO

após a emissão do parecer prévio pelo Tribunal de Contas, frisa o advogado Gilmar Cardoso.

A omissão injustificada da câmara municipal em apreciar o parecer do TCE-PR constitui infração grave às disposições constitucionais, que pode resultar em responsabilização administrativa, criminal ou civil.

Gilmar Cardoso esclarece que a função do parecer prévio é fazer uma análise técnica sobre a qualidade do gasto público, concluindo pela aprovação ou pela rejeição das contas do prefeito. A partir da leitura desse documento, o Plenário da Câmara fará sua análise. No entanto, para que a Câmara julgue as contas de forma contrária ao parecer prévio, é exigido um quórum especial de 2/3 de seus membros.

A Câmara não julga as

contas diretamente, mas por meio de projeto de resolução elaborado pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas com essa finalidade, frisa Gilmar Cardoso.

O advogado esclarece ainda que indiferentemente do tempo transcorrido desde o recebimento do Parecer Prévio do TCE-PR, não é possível que seja realizado julgamento ficto das contas do prefeito por decurso de prazo.

O Parecer Prévio do Tribunal de Contas não pode substituir a competência exclusiva da câmara municipal para o julgamento das contas do prefeito, mesmo que tenha sido descumprido prazo eventualmente fixado na legislação orgânica municipal, pois tal prazo seria impró-

As contas de governo devem ser submetidas a um processo político-administrativo realizado em duas etapas: a

primeira junto ao Tribunal de Contas, que possui corpo técnico especializado para efetuar a análise quanto aos aspectos contábil, financeiro e orçamentário; e a segunda junto ao Poder Legislativo, observados em ambas as etapas os princípios do contraditório e da ampla defesa.

O consultor legislativo frisou que o Parecer Prévio do Tribunal de Contas constitui peça essencial que irá orientar e fornecer subsídios ao Poder Legislativo, o que confere ao julgamento um caráter técnico especializado. Gilmar Cardoso destaca que a supressão da deliberação legislativa por decurso de prazo, com a aprovação tácita do parecer prévio, subverteria o sistema de controle, o qual prevê que o julgamento das contas do governo tenha também de natureza política; e cercearia o direito à defesa do interessado perante o Legislativo, conclui o advogado.



Filhos de criação (socioafetivo) têm Direito à Herança?

A ideia de família vem evoluindo com o tempo. Hoje, mais do que nunca, os laços de afeto e convivência são reconhecidos como formadores de vínculos familiares legítimos, mesmo na ausência de uma ligação biológica. Diante dessa realidade, uma dúvida muito comum surge: filhos de criação, aqueles criados como filhos, mas sem adoção formal, têm direito à herança?

A resposta pode variar, mas, em muitos casos, sim. O ordenamento jurídico brasileiro tem avançado no reconhecimento da filiação socioafetiva, ou seja, aquela baseada no afeto, na convivência e na relação pública e duradoura de pai/mãe e filho, ainda que sem laços de sangue ou documento oficial de adoção. Esse reconhecimento tem ocorrido principalmente por meio da atuação do Poder Judiciário, que busca proteger os direitos dessas pessoas que, embora não adotadas formalmente, foram criadas como filhos em todos os sentidos.

A filiação socioafetiva pode ser reconhecida judicialmente por meio de ação específica. A pessoa que se considera filha ou filho de criação deve comprovar, com testemunhas, fotos, mensagens, documentos e tudo o que indicar a convivência e o reconhecimento público da relação. Ou seja, é necessário demonstrar que aquela pessoa o tratava como filho: criava, educava, dava sustento, chamava de filho e assim era reconhecida por terceiros. Uma vez reconhecida judicialmente, essa filiação gera os mesmos direitos dos filhos biológicos ou adotivos, inclusive o direito à herança.

Importante destacar que o simples fato de ter sido criado por alguém não basta para garantir herança. O vínculo deve ter sido afetivo, constante e com aparência de relação filial verdadeira. E, mais do que isso, deve haver o reconhecimento judicial ou, em alguns casos, registro em cartório com anuência do suposto pai/ mãe, o que é possível por meio de escritura pública.

Já houve decisões marcantes no Brasil em que filhos de criação conseguiram ser incluídos como herdeiros em inventários, mesmo diante da resistência de herdeiros biológicos. A Justiça entende que, ao longo da vida, o afeto constrói laços tão fortes

Se você foi criado como filho por alguém e tem dúvidas sobre seus direitos sucessórios, ou se faz parte de uma família em que esse tipo de situação existe, é essencial buscar orientação jurídica.

Dra. Luana Vasconcelos Herradon -

é Advogada, OAB/PR 88.997 A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Impulso de morte e o homo economicus

Carissimos (as), leitores e leitoras, começo esse artigo com a seguinte citação do pensador sul-coreano Byung Chul Han: "O que hoje chamamos de crescimento é, na realidade, uma proliferação cancerígena e sem rumo. Vivemos atualmente um delírio de produção e de crescimento, que se parece com um delírio da morte."

Esta citação de Han, pertence ao seu livro intitulado como Capitalismo e Impulso da Morte. Este pensador, desenvolve sua reflexão crítica, com referência a nossa atualidade, a partir de um processo de excessiva busca pela produção e o consumo das coisas. Um processo desenfreado, segundo Han, que nos envolve em um modo de impulso de morte, pois passamos a fazer parte desta desenfreada

produção e excessivo consumo, a ponto de nos descaracterizarmos enquanto seres humanos, nos levando a um impulso de morte.

Tal condição, nos passa desapercebida, já que o desejo excessivo de consumir e produzir, faz parte da práxis capitalista, em nossa atualidade. Desta forma, o que se identifica atualmente como crescimento econômico, se expressa nesse impulso de morte, que nos faz buscar produzir e consumir ao extremo. Neste aspecto, o produzir se assemelha ao ato de destruir. Porém, destruir mais especificamente o que? Se faz referência à destruição do humano, que chega ao grau máximo de autoalienação de sua humanidade, o que pode levar ao seu aniquilamento, se encontrando alienado exatamente pelo impulso de morte, que produz uma subjetividade como a do homo oeconomicus, que assume esta pulsão de morte.

Um homo oeconomicus, se assumindo enquanto sujeito egoísta e maximizador de utilidade, buscando sempre o seu próprio interesse e a otimização de seus recursos. Esta maximização o pode levar ao impulso da morte e por consequência sua eventual destruição, quanto a sua condição de ser humano.

> Rogério Luís da Rocha Seixas é Biólogo e Filósofo Docente em Filosofia, Direitos Humanos e Racismo Pesquisador do Grupo Bildung/IFPR e-mail: rogeriosrjb@gmail.com

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Ignorantes ou perversos?

Em O Amor, Clarice Lispector dá vida a Ana, mulher devota à família e tranquila que de repente, que ao se deparar com um cego mascando chicletes, se vê desperta de seu mundo perfeito. A partir daí, uma angústia e inquietude passam a habitá-la de maneira a colocar em xeque toda sua existência. A cena a desperta da alienação que sempre viveu, mostrando a realidade cruel e dura. Porém, depois de muito se sentir suja e convidada a estar ao lado do cego, se afasta "do perigo de viver". E tudo volta a ser como dantes...

Para somar com o clarão temporário de Ana, trago três situações distintas. À medida que as apresentar, farei uma perguntinha simples a fim de auxiliar na conclusão ou induzi-los a concordar comigo. Vai que dá certo e eu trago mais pessoas para a comunidade!

Sou professora da Educação Básica, creio que todos que me leem sabem disso. E quem começou agora, acabou de ter ciência. Independente de ser no centro da cidade ou nas regiões periféricas, existe algo em comum na frente da maioria esmagadora das escolas: o quebra--molas. Por que colocar lombadas - no plural mesmo, às vezes são duas ou até quatro – na frente de instituições de ensino?

Segunda situação: vamos, eu e meu marido, ao supermercado, no mínimo uma vez por semana. Por razão de saúde, tenho direito a estacionar em vagas especiais. Esses dias, ao tentar colocar o carro em uma dessas vagas, percebemos que estava ocupada por TRÊS carrinhos de compras vazios.

O que faz pessoas saudáveis e jovens deixarem seus carrinhos naquele exato lugar?

Por fim, vamos a última. Sempre que posso, faço uma boa caminhada pela manhã - nos atuais dias de inverno, quando a chuva deixa. É maravilhoso! Fico mais disposta, o cérebro mais afiado e quando deito a cabeça no travesseiro à noite, o sono é mais intenso. Vale a pena.

Entretanto recentemente, troquei o calçadão próprio de sempre, por uma avenida mais movimentada. Eis que, logo no começo dela, numa loja de revenda de automóveis, me deparo com diversos carros ocupando toda a extensão da calçada - largura e comprimento. Restou a mim e a outros pedestres que por lá também passavam, contornar e disputar espaço com os carros, motos e bicicletas que trafegavam.

E aí, desde quando a calçada, que é pública, virou estacionamento/ vitrine de particulares?

Essas três situações são recorrentes nos quatro cantos do país, tenho

E agora, para fazer a ligação com o título dessa crônica, faço mais uma – quase última, perguntinha: É por desconhecer ou por perversidade que essas coisas se repetem? Não ensejo fazer um discurso moralista, afinal, como diz o grande

Nelson Rodrigues, por trás de todo defensor da moral, existe um grande canalha. Deixarei que cada um que me lê, faça seu autodiscurso, dando desculpas para se próprio ou somando indignação comigo.

Mas, no intuito de fazê-los tomar a direção contrária à de Ana, pergunto, por fim - enfim! Quando foi que desembocamos na cumplicidade e nos alienamos do viver?

Professora Jacilene Cruz une as linhas de costura às dos cadernos e traz crônicas e poemas que ultrapassam regiões. A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

Permitido a utilização dos textos,

desde que citada a fonte

EXPEDIENTE

CIRCULAÇÃO

Paraná, Atalaia, Presidente Castelo Branco, Floraí, Uniflor, Santa Fé e

Kaio Kauffman

PROGRAMAÇÃO VISUAL

(Jornal Noroeste)

IMPRESSÃO

Grafinorte S/A CNPJ: 03.758.336/0001-06





DESDE MAIO DE 1995

NOROESTE Jornal Noroeste Agora LTDA - ME CNPJ 02.196.872/0001-00

R. Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 354 Sala 101 - Nova Esperança - PR Tel.: (44) 3252-3908 (44) 98455-3121 E-mail: contato@jornalnoroeste.com

www.jornalnoroeste.com

Nova Esperança, Maringá, Alto

* O JN não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados * Os Artigos, Colunas e comentários publicados não refletem, necessariamente, a

DIRETORES PROPRIETÁRIOS: Allexander Fernandes França | Osvaldo da Costa Paiva Filho | José Antônio Rodrigues da Costa

Faça o download da edição completa no

opinião do Jornal Noroeste, que reproduz em exercício da sua atividade jornalística e diante da liberdade de expressão e comunicação que lhe são inerentes. O Jornal Noroeste tem circulação bissemanal no formato impresso e digital, sendo órgão oficial dos municípios de Nova Esperança, Pres. Castelo Branco e Santa Fé

Cuidados com a Dengue devem ser mantidos mesmo durante o Inverno

Dr. Juarez de Oliveira, médico da Estratégia Saúde da Família em Nova Esperança, alerta que o mosquito da dengue continua ativo no inverno e reforça a importância da prevenção durante todo o ano.

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

Mesmo com as temperaturas mais amenas do inverno, a população deve continuar atenta à prevenção da dengue. A queda nos termômetros não significa o fim dos riscos. Segundo o médico da Estratégia Saúde da Família (ESF) de Nova Esperança, Dr. Juarez de Oliveira, o mosquito Aedes aegypti, transmissor da doença, pode continuar se reproduzindo em locais com água parada, especialmente dentro de casa e em ambientes pouco expostos ao frio intenso.

"É um erro pensar que no inverno o mosquito desaparece completamente. As fêmeas adultas do Aedes aegypti po-

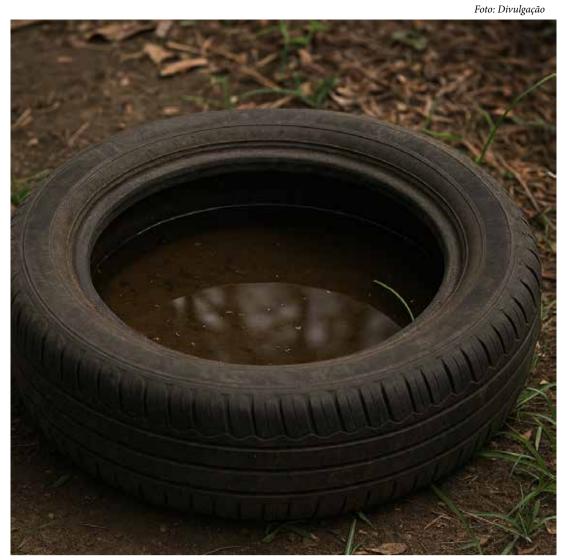
dem sobreviver por semanas tes e chuvosos —, o combate em ambientes protegidos e continuam representando risco de transmissão", alerta o Dr. Juarez. Ele reforça que recipientes como vasos de plantas, calhas, caixas d'água destampadas e até pequenos objetos esquecidos nos quintais continuam sendo potenciais criadouros.

A dengue, que já causou

surtos em diversas cidades do Paraná nos últimos anos, pode apresentar sintomas como febre alta, dores no corpo, náuseas e manchas avermelhadas na pele. Em casos mais graves, pode levar à hospitalização e até à morte. Por isso, mesmo fora do período de maior incidência — geralmente nos meses mais quenao mosquito deve ser contí-

"Precisamos entender que a dengue é uma ameaça durante o ano todo. A prevenção começa dentro de casa, com atitudes simples, como esvaziar recipientes que acumulam água e manter limpos os quintais. Cada cidadão é responsável por evitar a proliferação do mosquito", enfatiza o médico.

Além disso, Dr. Juarez destaca a importância de buscar atendimento médico ao surgirem os primeiros sintomas. "Não se automedique e procure a unidade de saúde mais próxima. Quanto mais cedo o diagnóstico, melhores as chances de recuperação e



A dengue é uma doença grave que pode afetar qualquer pessoa, mas sua prevenção depende principalmente da eliminação dos criadouros do mosquito transmissor

menor o risco de complicacões", orienta.

Agentes de Combate às Endemias visitam rotineira-

mente os bairros para realizar orientações e fiscalizações, reforçando a importância da participação da comunidade

no controle da dengue. Mesmo no inverno, a atenção e os cuidados precisam ser manti-

Mercado financeiro reduz previsão da inflação para 5,18%

Estimativa para o PIB é de 2,23% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 5,2% para 5,18% este ano. É a sexta redução seguida na estimativa, publicada no Boletim Focus desta segunda-feira (7), em Brasília. A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os princi-

Para 2026, a projeção da inflação permaneceu em 4,5%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,8%, respectivamente.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para pais indicadores econômi- baixo. Ou seja, o limite in- Monetária (Copom).

ferior é 1,5% e o superior

Em maio, a inflação oficial fechou em 0,26%. O resultado mostra desaceleração após o IPCA ter marcado 0,43% em abril. O índice - divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - acumula taxas de 2,75% no ano e de 5,32% em 12 meses.

Juros básicos

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política

Apesar do recuo recente da inflação, as incertezas em relação à economia fizeram o colegiado elevar os juros em 0,25 ponto percentual na última reunião, no mês passado, sendo o sétimo aumento seguido da Selic em um ciclo de contração na política monetária.

Em ata, o Copom informou que deverá manter os juros no mesmo patamar nas próximas reuniões, enquanto observa os efeitos do ciclo de alta da Selic sobre a economia. No entanto, não descartou mais aumentos, caso a inflação suba.

A decisão surpreendeu os juros mais altos encare-

parte do mercado financeiro, que não esperava um novo aumento e, nesse cenário, a estimativa dos analistas é que a taxa básica encerre 2025 em 15% ao ano.

Para o fim de 2026, a expectativa é de que a taxa básica caia para 12,5% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamen-

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque

Saiba mais sobre os trabalhos da Câmara de Paranacity

Entenda os instrumentos legislativos

ética ou sessões Não vira lei, mes

vale dentro do

Legislativo Ex-mudar o regimen

interno.

Pedido formal de

um vereador para obter informações

providências. Ex: olicitar dados sobr

obras públicas ou

secretário para

esclarecimentos

cem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade

Agência Brasil

Fotos: Assessoria de Comunicação/Câmara de Paranacity

refeito ou órgã públicos para melhorias

(iluminação, asfoltamento, etc.) Não é obrigatória.

mas serve como emanda oficial. Ex

ndicar a construct

de uma creche

Câmara de Paranacity faz balanço legislativo do 1º semestre e traça prioridades para o 2º

Um levantamento feito pela Diretoria Geral da Câmara Municipal de Paranacity mostra que, no primeiro semestre deste ano, os vereadores aprovaram 31 Projetos de Lei, 16 Projetos de Resolução, 62 Requerimentos e 32 Indicações em 17 Sessões Ordinárias e 12 Extraordinárias.

A Câmara entrou em recesso em 1º de julho, que se estenderá até o próximo dia 31, em conformidade com o regimento interno da Casa. No período, não são realizadas sessões ordinárias. Contudo, a Câmara permanece aberta. A equipe administrativa continua trabalhando para atender às demandas da população, receber documentos, encaminhar solicitações e realizar os trâmites administrativos necessários.

Entre os destaques aprovados estão Indicações e Requerimentos de vereadores, como a denominação da "Garagem Municipal José Rovilson Ribeiro", do vereador Charles Batelli (União); a isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur-



Câmara de Paranacity: no primeiro semestre foram 17 sessões ordinárias e 12 extraordinárias

bana (IPTU) para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e doenças graves, de Charles e vereadora Dra. Talita (Avante); a instituição do "Abril Azul", campanha de conscientização sobre o TEA, da vereadora Dra. Talita; mudança de sentido nas ruas Professora Zelina Alves e Mário Xavier de Souza e implantação de ponto eletrônico para servidores municipais, de autoria do vereador Junior Carlete (PP); requerimento do vereador João da Tonha (MDB) para que a administração municipal responda quais os critérios definidos para a distribuição de materiais de construção pela assistência social; implantação da Procuradoria da Mulher e criação do IPTU Progressivo, da vereadora Dra. Franciely (PP); inclusão do município no programa Contrata Mais Brasil, do vereador Marcos Soler (PSB); criação da Patrulha Escolar Comunitária, do vereador Cobra (PSB); e criação do auxílio de transporte de mudanças, do vereador Felipe Jr. Tratores (PL).

As propostas discutidas pelos parlamentares incluem sidente da Câmara, Leandro Juvenasso Topete (PSB).

Segundo o presidente, a discussão do projeto do Plano Diretor também integra a lista prioritária da Câmara

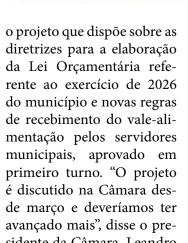
para este segundo semestre.

A aprovação do plano é essencial para que o município receba recursos, já que ele serve como base para o planejamento urbano e define as diretrizes para o desenvolvimento da cidade. "É uma questão de fundamental importância para a prefeitura", afirmou Leandro. Outras prioridades, con-

forme o presidente do Legislativo, incluem a discussão da Planta Genérica de Valores (PGV), instrumento que estabelece os valores unitários do metro quadrado de terreno e construção no município, e o planejamento de

novos loteamentos e equipamentos para garantir a qualidade de vida dos moradores, e criação da Câmara Mirim e Parlamento Jovem, programas educacionais e cívicos que visam aproximar jovens do processo legislativo e da democracia participativa. As sessões legislativas da

Câmara de Paranacity serão retomadas no dia 4 de agosto. Podem ser acompanhadas presencialmente, com início às 18h30, ou on-line, por meio de transmissão no Facebook e pela Rádio City FM (104,9 MHz).



para criar, modifica

ou revogar uma le municipal. Se

aprovado pelo

Legislativo e sancionado pelo

prefeito, vira lei. Ex

criar um novo programa de saúde

ou alterar o Código

Tributário

Edição impressa produzida pelo Jornal Noroeste com circulação bissemanal.

As versões digitais e as íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://jornalnoroeste.com/post/publicidade-legal

PUBLICIDADE LEGAL

Os arquivos foram enviados pelo município e publicados da sua maneira original, sem qualquer alteração ou redução no tamanho da fonte

ATAS, AVISOS, BALANÇOS, EDITAIS, LEILÕES E OUTRAS PUBLICAÇÕES DE ORDEM LEGAL

Concede Licença - Prêmio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso da atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

CONSIDERANDO o que foi requerido e deferido por meio do sistema informatizado rando nº 7.025/2025), em conformidade com o que estabelece os arts. 152 e 153 da aplementar n.º 2.510, de 23 de março de 2016 - Estatuto dos Servidores Públicos do

Art. 1º Conceder a servidora pública municipal abaixo relacionada, Licença-Prêmio

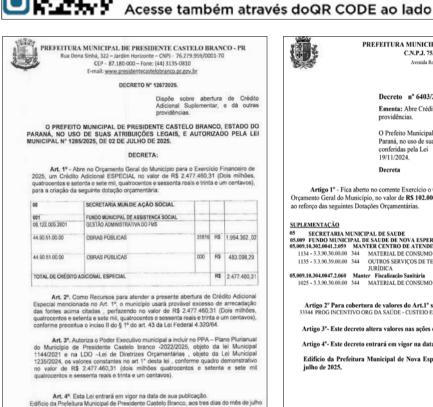
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data da licença.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUATRO (04) DIAS DO MÉS DE JULHO (07), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

 Cargo
 Período de Aquisitivo
 Lotação
 Período de Gozo

 Assistente
 11/04/2017 a Secretaria de 10/07/2025 a Educação e Cultura
 07/09/2025 a Educação e Cultura
 07/09/2025

Gozo 10/07/2025 a



JOÃO PERICLES MARTINA

Prefeito Municipal

	A MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO a Dona Sinhā n°322 — Centro — CNPJ - 76,279,959/000 CEP - 87.180-000 – Fone: (44) 3135-0810 www.presidentecastelobranco.pr.gov.br		CO - P	R
	DECRETO Nº 12652025.			
	Dispõe sobre al Adicional Suplem providências.			
PARANA, NO US	O MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BR. O DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E AUTO 85/2025, DE 02 DE JULHO DE 2025.			
	DECRETA:			
Adicional Suplemen	rçamento Geral do Município para o Exercício Fina ntar no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil re ções orçamentàrias: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS	ais), pa	ra a su	plementaçã
001	PÚBLICOS DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS			
001	PÚBLICAS			
16.482.0008.1110	PROJETO HABITACIONAL NO MUNICIPIO	-		
44.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	31815	R\$	800.000,0
	TOTAL DE CRÉDITO SUPLEMENTAR		R\$	800,000,0
R\$ 800.000,00 (oi	. 1º o municipio usará provável excesso de arreca tocentos mil reais), conforme preceitua o inciso e Art.6º da Lei Municipal nº 1257/2024. toriza o poder Executivo Municipal a alterar no	PPA -	1º do	Plurianual of 44/2021 e r
Art. 3°. Au Município de Pres LDO – Lei de Diret no Art.1° desta L	idente Castelo Branco - 2022/2025, objeto da Le rizes Orçamentárias, objeto da Lei Municipal 1235/ ei, conforme quadro demonstrativo no valor de ais),	/2024, o Munic	ipio R	\$ 800.000,0
Art. 3*. Au Municipio de Pres LDO – Lei de Diret no Art.1* desta L (oitocentos mil re	rizes Orçamentárias, objeto da Lei Municipal 1235/ ei, conforme quadro demonstrativo no valor de	a Munic	s valore ipio R	\$ 800.000,0
Art. 3°, Au Municipio de Pres LDO – Lei de Diret no Art. 1° desta L (oitocentos mil re Art. 4°, Est	rizes Orçamentárias, objeto da Lei Municipal 1235/ el, conforme quadro demonstrativo no valor de als),	e Munic	ipio R	\$ 800.000,





JOAO PERICLES Assinado de forma digital por JOAO PERICLES MARTINATI:73339113904 Dados: 2025.07.07 13:29:36 -03'00'

JOÃO PERICLES MARTINATI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR



05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE 05.009 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA 05.009.1103.200412.059 MANTER CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOICAL - CAPS 05,009.10,304.0047.2.060 Manter Fiscalização Sanitária 1025 - 3.3.90.30.00.00 344 MATERIAL DE CONSUMO Artigo 2" Para cobertura de valores do Art.1" será utilizado Superávit na fonte: 33344 PROG INCENTIVO ORG DA SAÚDE - CUSTEIO ESTADUAL - ce 344 102.000,00 Total: 102.000,00 Artigo 3°- Este decreto altera valores nas ações e projetos no PPA/LDO E LOA 2025. Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação. Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Esperança, Estado do Paraná, em 07 de

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA

C.N.P.J. 75.730.994/0001-09

Decreto nº 6404/2025 de 07/07/2025

Decreta

 05.009,10.302,0041,2,075
 Manter
 Hospital Sagrado C.de Jesus e (Laboratório)

 340 - 3.3.903,00,00
 000
 MATERIAL DE CONSUMO

 343 - 3.3.903,90,00
 000
 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

DIRIDICA

66. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

66.010 ESCOLAS MUNICIPAIS (EDUCAÇÃO BASICA)

66.010.12.54.0003.2364 Manter Escolas Municipais -5% Transf. Const.

1136 - 3.3.90.39 0.000 104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

JURIDICA

JURIDICA

UTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

JURIDICA

JURIDICA

contrário.

julho de 2025.

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003 ASSISTENCIA SOCIAL - PUNDO MUNICASSIST.SOC.
10.003.08.244.0037.2.025 Manter e Setor de Assistência Social - Fundo Municipal de Assistência
764 - 3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA

Artigo. 2º - Para cobertura do Art.1º, serão utilizados o Excesso de Arrecadação:

Receia: 1.3.2.1.0.10.10.10.0 - Remunenção de Depósitos Baseários - Principal

Receia: 1.7.1.1.512.10.00.0 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS 45

MUNICIPIOS - COTAS EXTRAORDINARIAS - PRINCIPAL

Artigo. 3º- Este decreto altera valores nas ações e projetos no PPA/LDO E LOA 2025. Artigo 4º -Este decreto entrará em vigor nessa data, revogadas as disposições em

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Esperança, Estado do Paraná ,em 07 de

A conformitate con a potrat, respecte con-trigative pro-gree for walkester-digital

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA

C.N.P.J. 75.730,994/0001-09

Avenida Rocha Pombo, 1453

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras

O Prefeito Municipal de NOVA ESPERANÇA, Estado do

Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3012/2024 de

Decreto nº 6405/2025 de 07/07/2025

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no

Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), destinado ao

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursor resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º- Este decreto altera valores nas ações e projetos no PPA/LDO e LOA 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Esperança, Estado do Paraná ,em 07 de

ACAD EDUARDO PASQUINI
ACAD EDUARDO PASQUINI
Transport generalmento depar

João Eduardo Pasquini

Description
COLA-PARTE DO FENDO DE PARTICIPACÃO DOS MENICIPOSCOLA-PARTE DO DREVOTO SORGIE A PROPRIEDADE
COLA-PARTE DO DREVOTO SORGIE A PROPRIEDADE
COLA-PARTE DO HENOS DO SORGIE A PROPRIEDADE
COLA-PARTE DO HENOS LOS PARTICIALO DO HENOS DE LA PROPRIEDADE
COLA-PARTE DO HENOS LOS PARTICIALO DO HENOS DE LOS PARTICIPAS.
COLA-PARTE DO HENOS LOS SORGIE A PROPRIEDADE
TRANSPERIENCIA DE REVELTOS DO DEL PARTICIPAS.
COLA-PARTE DO HENOS LOS SORGIE A PROPRIEDADE
TRANSPERIENCIA DE PROPRIEDADE
TRANSPERIENCIA DE LOS PARTICIPAS.
COLA-PARTE DO HENOS LOS SORGIE A PROPRIEDADE
TRANSPERIENCIA DE LOS PARTICIPAS.
COLA-PARTE DO HENOS LOS SORGIE A PROPRIEDADE
TRANSPERIENCIA DE LOS PARTICIPAS.
COLA-PARTE DO HENOS LOS SORGIE DE LOS PARTICIPAS.
COLA-PARTE DO HENOS LOS PARTICIPAS.
COLA-PARTICIPAS.
COLA-PARTE DO HENOS LOS PARTICIPAS.
COLA-PARTICIPAS.
COLA-PARTE DO HENOS LOS PARTICIPAS.
COLA-PARTICIPAS.
COLA-PARTE DO HENOS LOS PARTICIPAS.
COL

TRANSFERING SERVER SERVER SATER AND PROFILE ACCIONAL. THE
TRANSFERING SERVER S

SUPLEMINTACAO

5 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

95.009 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA

65.009,10.302.0041.2075 Manter Houjital Sugrado Cade Jeaus e (Laboratório)

344 - 33.30/39.00/00 303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

JURIDICA

Tota

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA

no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Ma Entidades de Classes - E

RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

João Eduardo Pasquini

Prefeito

Pág. 1/1

Artigo 1° - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de RS 450.140,00 (quatrocentos e cinqüenta mil cento e quarenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras

O Prefeito Municipal de NOVA ESPERANÇA, Estado do

Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3012/2024 de 19/11/2024.

ACTION OF THE PROPERTY AND ACTION OF THE PROPERT João Eduardo Pasquini Prefeito

Pág. 1/2

D STATE D

Serviços Operacionais, Agente de Veículo Automotor e Assistente Administrativo:

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

LUCIANA CIORLIN Secretária Municipal de Admin



Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.161 de 15 de setembro de 2011; RESOLVE: I.PUBLICAR, o Resultado da Prova Prática do Processo Seletivo Público Simplificado, realizada para o cargo de Agente de Veiculo Automotor, referente ao Edital nº 002/2025, destinado a contratação emergencial por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para os para os cargos de Agente de Alimentação, Agente de Apoio Educacional, Agente de

NOME	CPF/MF	Nota Prova Prática	Resultado Desclassificado			
Jefter Pedroche Prieto	***929.739**	Eliminado				
Edivaldo de Oliveira	***808.719**	85	Classificado			
João Ricieri Caberlim	***815.499**	Eliminado	Desclassificado			
Paulo Rogerio Botiglieri Dalermo	***223.939**	100	Classificado			
Oelcio Ruocco Rodrigues	***562.999**	75	Classificado			
Roberto Bezerra Magalhães	***092.974**	Eliminado	Desclassificado			
Pedro Wilson Ferrari	***845.236**	Ausente	Desclassificado			
Sidnei Antonio de Souza	***295.709**	Ausente	Desclassificado			
Felipe dos Santos Prieto	***785.809**	Ausente	Desclassificado			

II. ESTABELECER, em conformidade com o Cronograma das Alividades contido no Anexo I do Edital nº 002/2025, para os cargos de Agente de Alimentação, Agente de Apoio Educacional, Agente de Serviços Operacionais, Agente de Velou Automotro e Assistente Administrativo nos dias 08/07/2025 a 08/07/2025 como Peridod de Recurso da Prova Prática.

Nova Esperança, 07 de Julho de 2025

D



Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal nº 2.382 de 19 de setembro de 2013, no Considerando a Resolução SESA nº 1093 de 17/06/25, que habilita o Município a pleitear adesão

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Nova Esperança - CMSNE, rea

aos recursos financeiros para aquisição de veículos 7 lugares, para qualificação do trar sanitário no SUS.

Art.1º Aprovar a adesão à Resolução/SESA nº 1093/2025 e o elenco de veículos contido no seu

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Nova Esperança, 04 de julho de 2025.

Maria Be Course MOUTE Pretter Putili Presidente do Conselho Municipal de Saúde

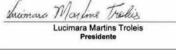
ogo a Resolução/CMSNE nº 15/2025, nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

izabel cristina cancian Secretária Municipal de Saúde



da nova diretoria para o quadriênio 2025 a 2029.

Presidente Castelo Branco, 07 de julho de 2025.





DATA DA SESSÃO: 11/07/2025 HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 08h até 14h (horário de Brasília - DF)

A ÍNTEGRA DO EDITAL DE AVISO estará disponível no PNCP, no site da Prefeitura: presidentecastelobranco.pr.gov.br/ no Menu "Licitacões"; bem como na Sala de Licitacões Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco-PR, no endereço supracitado e também

JOAO PERICLES

Assnado de forma digital por XAO

MARTINATI:73339113904

Dados: 2025.07.07 17:02:21-03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ - 76.279 959/0001-70 CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810

LICITAÇÃO AVISO DE DIVULGAÇÃO PREGÃO - FORMA ELETRÔNICA Nº 39/2025

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PARQUE METALICO INFANTIL PARA MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO-PR, conforme discriminado no Termo de Referência anexo do Edital o qual deverá ser minuciosamente observado pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

Horário: às 09h00min. (Horário de Brasília - DF) Local: COMPRASNET (www.gov.br/compras)

A ÍNTEGRA DO EDITAL estará disponível no PNCP, no site da Prefeitura www.pcastelobranco.pr.gov.br no Menu "Licitações"; bem como na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco-PR, no endereço supracitado bem como, na plataforma onde o pregão será realizado.

JOAO PERICLES Assinado de forma digital por JOA PERICLES MARTINATI:73339113904 Dados: 2025.07.07 16:46:53 -03'00' JOÃO PERICLES MARTINATI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO CNPJ: 76.279.959/0001-70

DECRETO N° 1269/2025.

Rua Dona Sinha, nº 322 – Centro – CEP: 87.180-000 Estado do Paraná

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1257/2024, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024;

DECRETA: Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Municipio para o Exercício Financeiro de 2025 um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0006.2701 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BASICA

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 494 R\$ 100.000,00 TOTAL DE CRÉDITO SUPLEMENTAR R\$ 100.000,00

citada, perfazendo o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme preceitua o inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e art. 6º da Lei Municipal nº 1257/2024.

Art. 3° - Inclui no PPA – Plano Plurianual do Município de Presidente Castelo Branco - 2022/2025, objeto da Lei Municipia 1144/21 e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, objeto da Lei Municipal 1352/24, os valores constantes no Art. 1° desta Lei, conforme demonstrativo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as icões em contrário.

Edificio da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, aos sete dias do mês de julho de 2025.

JOAO PERICLES
Assinado de forma digital por JOAO
PERICLES MARTINATI:73339113904
Dedos: 2025.07.07 17:03:21 -03'00' JOÃO PÉRICLES MARTINATI PREFEITO MUNICIPAL



DECRETO Nº 12672025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1287/2025, DE 02 DE JULHO DE 2025.

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de um Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 2.477.460,31 (Dois milhões, centos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais e trinta e um centavos). para a criação da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUN.DE AÇÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCA SOCIAL GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMS ORRAS PÚBLICAS 44.90.51.00.00 31816 R\$ 1,994,362,.02 44.90.51.00.00 OBRAS PÚBLICAS 000 R\$ 483.098,29 TOTAL DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL R\$ 2.477.460,31

Art. 2º. Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Especial mencionada no Art. 1º, o município usará provável excesso de arrecadação das fontes acima citadas , perfazendo no valor de R\$ 2.477.460,31 (Dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais e trinta e um centavos), conforme preceitua o inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/84.

Art. 3º. Autoriza o Poder Executivo municipal a incluir no PPA – Plano Plurianual do Municipio de Presidente Castelo branco -2022/2025, objeto da lei Municipal 1244/2021 e na LDO –Lei de Diretrizeo Orgamentárias - objeto da Lei Municipal 1235/2024, os valores constantes no art 1º desta lei , conforme quadro demonstrativo no valor de R\$ 2.477.460,31 (dos milhões quatrocentos e setenta e sete mil quatrocentos e essesenta reais e trinta e um centavos).

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, aos tres dias do mês de julho

JOAO PERICLES Assinado de forma digital por JOAI PERICLES MARTINATI:73339113904 Diadoi: 2025.07.07 17:10:00-03:00 JOÃO PERICLES MARTINATI





REF.: Dispensa Eletrônica nº, 002/2025.

INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA. CNPJ N ° 49.225.981/0001-64.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PIJAMAS CIRURGICOS E JALECOS PARA SECRETARIÁ DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO – PR



VALOR: RS 840,00 (OITOCENTOS E QUARENTA REAIS)

PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 07 de julho de 2026. DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 0.7 de julio de 2625. Branco melhor

> JOAO PERICLES MARTINATI:73339113904 Dados: 2025.07.07 15:53:35 -03'00'

João Péricles Martinati

Departamento de Compras e Licitações ona Sinhá, nº 322 Jardim Horizonte Jone: (44) 3138-0810 Cep: 87180-000 CNFI nº 76279,984/000170 Rua Dona S



A A.P.M.I Associação de Proteção a Maternidade e Infância de Presidente Castelo Branco, de acordo com o artigo 34, do Estatuto, CONVOCA, os membros, sócios e voluntários da APMI e a quem interessar para a ASSEMBLEIA GERAL, que será realizada no dia 15 de julho de 2025 às 8h30min, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Dona Sinhá, nº510, Centro, onde estará em pauta a ELEICÃO



Edital de Aviso o qual deverá ser minuciosamente observado pelos licitantes quando da

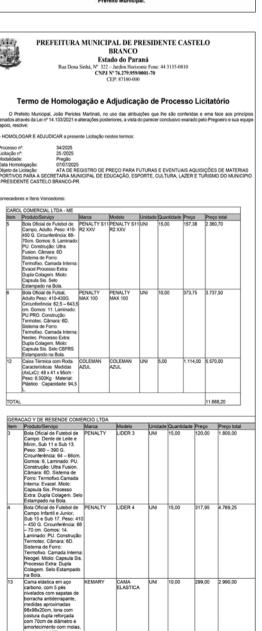
na plataforma onde a sessão será realizada.

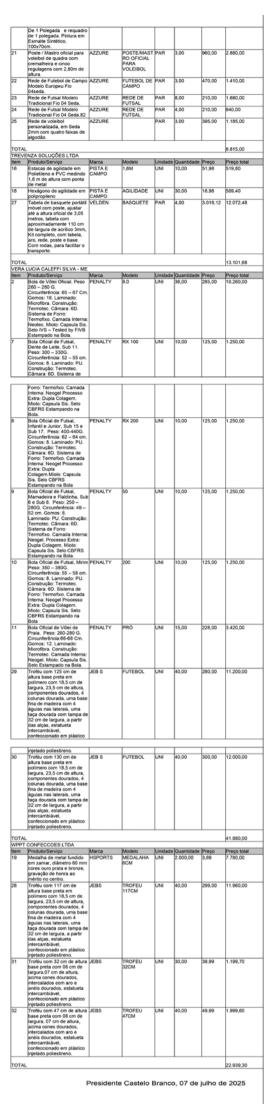
João Péricles Martinati Prefeito Municipal. Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco-PR

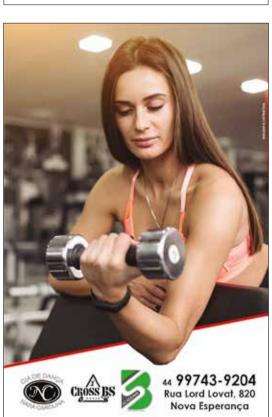


www.jornalnoroeste.com









JOAO PERICLES

MARTINATI:73339113904 Dados: 202

JOÃO PERICLES MARTINATI



Consumidores de 45 cidades ganham prêmio de R\$ 1 mil no Nota Paraná

Ao todo, 100 ganhadores levaram o prêmio intermediário do programa de conscientização fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e terão os valores creditados automaticamente nas contas do programa.



Consumidores de 45 cidades ganham prêmio de R\$ 1 mil no Nota Paraná. Na foto, Paranavaí

Consumidores de 45 municípios que colocaram o CPF na nota foram contemplados com prêmios de R\$ 1.000 no sorteio do Programa Nota Paraná realizado nesta segunda--feira (7). Ao todo, 100 ganhadores levaram o prêmio intermediário do programa de conscientização fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e terão os valores creditados automaticamente nas contas do programa.

Os ganhadores de R\$ 1.000 são das cidades de Almirante Tamandaré, Ampére, Apucarana, Araucária, Balsa Nova, Bandeirantes, Boa Esperança, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Colombo, Corbélia, Curitiba, Diamante do Sul, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Guarapuava, Honório Serpa, Ibiporã, Londrina, Mandaguaçu, Maringá, Mariópolis, Olímpia, Palmas, Paranavaí, Pinhão, Ponta Grossa, Quitandinha, Rancho Alegre d'Oeste, Rio Azul, Santa Fé, Santo Antônio da Platina, São Carlos do Ivaí, São Iosé dos Pinhais, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Terra Boa, Tibagi, Tunas do Paraná, Tuneiras do Oeste e Ubiratã.

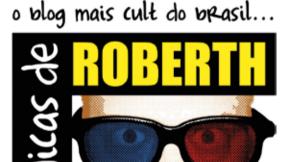
Os maiores prêmios do sorteio, nos valores de R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, saíram para consumidores de Curitiba, a Capital do Esta-

Além deles, 35 mil participantes receberam prêmios de R\$ 50, enquanto R\$ 800 mil foram distribuídos entre 8 mil consumidores, por meio de valores adicionais de R\$ 100 incorporados ao sorteio regular, com recursos que antes faziam parte do extinto Paraná Pay.

COMO PARTICIPAR - Participar do Programa Nota Paraná é simples: ao efetuar compras nos estabelecimentos comerciais do Estado, os consumidores cadastrados devem solicitar a inclusão do CPF na nota fiscal. Essa prática possibilita acumular créditos, os quais podem ser transferidos para a conta bancária do participante ou utilizados para abater valores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Cada nota fiscal com CPF inserido gera bilhetes para concorrer nos sorteios mensais.

Para se cadastrar, basta acessar o site do Nota Paraná, clicar na opção "cadastre-se" e preencher a ficha com os dados pessoais, como CPF, data de nascimento, nome completo, CEP e endereço para criação da senha

AEN

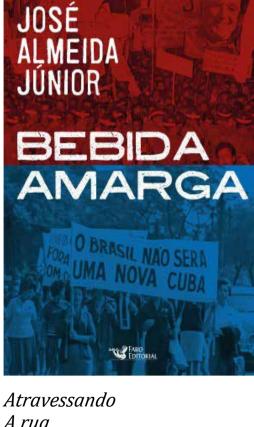


conheça em dicasderoberth. blogspot.com

O Brasil ainda está aqui

Sabe aquela bebida amarga que você está deixando de lado e com isso você vai vivenciar um passado brasileiro muito mais quente e avassalador. Diretamente da Faro Editorial para que a vida seja mais cultura neste novo normal.

> **Incertezas** Atravessando Sabe Arua Eu ainda Ou a avenida Estou aqui Brasil Sabe Na Central Eu ainda Do bem te vi Te vi Roberth Fabris



Roberth Fabris é crítico de cinema e artes, Mestre em Letras, arte educador, autor da obra aclamada pela crítica e público O Retorno do Pequeno Príncipe, e da obra prima Xeque Mate, que agrada gregos e troianos, e idealizador do projeto cultural Mundo Geek e do Dicas de Roberth o canal com mais de cinco mil vídeos para você e sua família se divertirem. Para feiras literárias, eventos, livros autografados, palestras, bate papo e lançamentos com o autor e youtuber cultural entre em contato roberthfabris@gmail.com

CDH analisa regulação de atividades econômicas em terras indígenas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprecia nesta quarta-feira (9) o projeto de lei de origem da CPI das ONGs tem por objetivo regular atividades econômicas em terras indígenas, garantindo autonomia de decisão das etnias sobre o usofruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos das terras que tradicionalmente ocupam, inclusive a exploração de recursos minerais. O início da reunião está previsto para as 11h.

O PL 6.050/2023 regulamenta dispositivos constitucionais para definir as condições específicas da exploração de recursos minerais, inclusive garimpo, hidrocarbonetos e hídricos. O relator do projeto é o senador Márcio Bittar (União-AC), que foi favorável que a CPI apresentasse a proposta.

A Constituição assegura às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das ri-



Garimpo ilegal em terra indígena

quezas naturais — solo, rios e lagos — existentes nas terras por eles tradicionalmente ocupadas, além da participação nos resultados da lavra decorrente da pesquisa e exploração de recursos minerais em tais áreas.

O texto estabelece que qualquer atividade econômica em terras indígenas somente poderá ser realizada mediante consulta livre, prévia e informada às comunidades afetadas.

Caso a comunidade se manifeste contrária à realização da atividade econômica, todos os procedimentos relacionados à implementação da iniciativa deverão ser imedia-

tamente interrompidos.

O projeto assegura mecanismos de controle e fiscalização, com a participação da Funai, do Ministério Público, agências reguladoras setoriais e do Congresso Nacional, que detém a prerrogativa constitucional de autorizar a pesquisa e a lavra de recursos minerais, bem como o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos em terras indígenas.

Depois da CDH, o texto passará ainda pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Meio Ambiente (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Conselho Tutelar

Na pauta de oito itens consta também o projeto de lei complementar que altera a atual legislação para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas necessárias ao fun-

cionamento de conselhos tutelares. Esses órgãos são responsáveis pela proteção dos direitos de crianças e adoles-

O PLP 133/2021 altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para garantir que as despesas necessárias ao funcionamento dos conselhos tutelares, incluindo a remuneração e a formação dos conselheiros, não sejam limitadas ou bloqueadas. O texto também assegura que os conselhos tutelares tenham estabilidade orçamentária e financeira.

O projeto foi apresentado pelo senador Izalci Lucas (PL-DF). A relatora é a senadora Ivete da Silveira (MDB--SC), favorável à proposta. Além da CDH, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A reunião será realizada na sala 2 da ala Nilo Coelho. Fonte: Agência Senado

LDO para 2026 avança no Plenário da Assembleia com 154 emendas



A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi aprovada pelos parlamentares nesta segunda-feira (7).

trizes Orçamentárias (LDO) para 2026 foi aprovado nesta segunda-feira (7), em primeira votação na Assembleia Legislativa do Paraná, sem votos contrários. A norma estabelece as metas e prioridades do Estado para o próximo exercício fiscal e serve como base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), a ser realizada no fim do ano. O texto ainda será submetido a uma segunda votação. A tramitação do projeto precisa ser concluída antes do recesso parlamentar, previsto para ocorrer entre os dias 9 de julho e 4 de agosto.

A LDO estima uma receita de R\$ 82,9 bilhões para 2026, com previsão de R\$ 6,58 bilhões em investimentos. Desconsiderando despesas obrigatórias - como repasses aos municípios previstos na Constituição Federal, receitas provenientes de compensação financeira e aquelas relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) - o Executivo tem como meta uma receita corrente líquida de R\$ 73,3 bilhões para 2026, estabelece o projeto.

O montante supera o estipulado na última LDO para o ano corrente, quando o Executivo estimou R\$ 66,9 bilhões em receitas. O valor da meta fiscal representa um crescimento de 10% em relação ao valor do último ano, quando a receita do Estado foi de R\$ 66,1 bilhões. O projeto coloca como meta de despesa total para o próximo

dos os gastos com o RPPS. Em comparação com a LDO anterior, cuja meta de gastos era de R\$ 64,6 bilhões, o crescimento no dispêndio representa alta de

O texto apreciado é um substitutivo geral aprovado pela Comissão de Orçamento horas antes do início da sessão plenária desta segunda-feira (7). O relatório, de autoria do deputado Evandro Araújo (PSD), acatou 154 das 161 emendas apresentadas. De todas as alterações propostas, 10 foram apresentadas pelo governador Ratinho Júnior (PSD) - destas, seis sugestões foram incorporadas ao texto e quatro rejeitadas. Das 154 emendas acatadas, 149 são relacionadas a reforço de dotação ou acréscimo de metas.

A Comissão de Orçamento acatou uma emenda que reduz o percentual de criação de créditos suplementares nos Orçamentos Fiscal, do RPPS e de Investimentos das Empresas Não Dependentes, diminuindo-o de 10% para 7% da receita total estimada para o ano. Também foi aprovado um dispositivo que permite ao Governo do Paraná, no atual exercício, trocar a fonte de recursos por meio de ato próprio, sem necessidade de aprovação de outros Poderes. Tal ferramenta já está prevista para o exercício seguinte. Dentre outras disposições, a LDO 2026 também impossibi-

lita que saldos financeiros não

executados sejam destinados a

O projeto de Lei de Dire- ano R\$ 69,6 bilhões, deduzi- fundos próprios dos Poderes – devendo retornar ao caixa do Executivo.

> Ao todo, o parecer de Evandro Araújo rejeitou sete emendas ao texto, como a que visava limitar o crescimento das despesas dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública ao montante necessário para o Executivo manter a nota A+ do Paraná no índice Capacidade de Pagamento (CA-PAG), do Tesouro Nacional. Para o relator, ela abriria brecha para "penalizar os outros Poderes por possíveis equívocos na condução da gestão fiscal do Poder Executivo".

Autoria parlamentar

Duas propostas de iniciativa dos deputados foram aprovadas em primeira votação. De número 993/2023, o projeto de lei determina que o projeto e a execução de obras de construção de rodovias estaduais incluam acostamento. A previsão se aplica aos casos de obras de construção de rodovias estaduais a serem realizadas pelo Estado ou por particulares, nos casos de delegação. Já nos trechos que atravessam áreas urbanas, a obrigação poderá ser dispensada a critério do órgão estadual responsável.

De autoria dos deputados Evandro Araújo (PSD), Gugu Bueno (PSD), Luiz Claudio Romanelli (PSD) e Professor Lemos (PT), a obrigação é justificada para garantir mais segurança para aqueles que trafegam pelas rodovias para-

naenses. "O fato é que o acos-

nesta terça (8). tamento em rodovias traz segurança à trafegabilidade. Por vezes, pode ser o fator diferencial apto a salvar uma vida", diz

a justificativa.

Conforme o projeto, inspirado em uma iniciativa semelhante que tramita na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, a obrigatoriedade se aplicaria às estradas estaduais (PRs) — sejam as realizadas pelo Estado ou por particulares. "Nos trechos de rodovias estaduais que atravessam áreas urbanas delimitadas em legislação municipal, a obrigação poderá ser dispensada a critério do órgão estadual responsável, desde que a medida seja tecnicamente justificável", pontua o texto.

Já o segundo projeto de lei, de número 335/2025, de autoria dos deputados Alexandre Curi (PSD), Gugu Bueno (PSD) e Maria Victoria (PP), modifica a Lei nº 13.115/2001, que trata da concessão de Título de Cidadão Honorário ou Benemérito. A proposta visa aprimorar a redação da norma, promovendo maior clareza e segurança jurídica, evitando interpretações equivocadas.

Demais Poderes

Também foi aprovado, em primeira votação, o projeto de lei 362/2024. De autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), a proposta altera a Lei nº 14.277/2003, que trata do Código de Organização e Divisão Judiciárias, visando criar os serviços notariais e de registro no foro regional de Paiçandu, da comarca da Região Metropolitana de Maringá. Também visa transformar o serviço distrital de Paiçandu em Tabelionato de Notas e transferir os serviços distritais de Água Boa, Doutor Camargo, Floresta e Ivatuba para o foro regional de Paiçandu.

Com votos contrários dos deputados Renato Freitas (PT) e Requião Filho (sem partido), o Parlamento aprovou o projeto de lei 460/2025, da Pro-

curadoria-Geral de Justiça do

Ministério Público do Paraná. A proposta prevê a criação de 14 cargos de provimento em comissão de assessor de procuradoria, que serão destinados à prestação de serviços auxiliares, em face da necessidade de ampliação da estrutura de apoio do 1º Grupo de Procura-

Texto foi apreciado pelos deputados logo após a Comissão de Orçamento aprovar substitutivo. Projeto volta à pauta

> dorias de Justiça Criminal. Além de apoiar em assuntos técnicos, operacionais e administrativos, a proposta visa atender ao novo incremento de demanda na área criminal, em razão da criação, no Tribunal de Justiça (TJPR), da 6ª Câmara Criminal, com competência específica para o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Da Defensoria Pública do Paraná, foi aprovado o projeto de lei 489/2025, que cria 75 cargos de apoio direto aos defensores públicos — medida que busca fortalecer a estrutura da instituição e ampliar o acesso à Justiça para a população mais vulnerável.

Turno único

Foram aprovadas três proposições em turno único: o projeto de lei 558/2023, do deputado Moacyr Fadel (PSD), que concede o título de Capital Estadual das Tortas ao município de Carambeí; o projeto de lei 708/2024, do deputado Paulo Gomes (PP), que insere no calendário de eventos do Paraná a data de 22 de maio como o Dia de Santa Rita de Cássia e declara a festa em sua honra como patrimônio imaterial do Estado; e o projeto de lei 311/2025, da deputada Luciana Rafagnin (PT), que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção aos Animais Bem-Estar Animal de Francisco Beltrão. Segundo turno

Em segundo turno, foi aprovado o projeto de lei 178/2024, do deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD), que institui a Rota Moto Turística Circular da PR-218, denominada Rota do Caribe, entre os municípios de Carlópolis e Ribeirão Claro,

no Paraná, e Chavantes, Timburi, Piraju e Fartura, em São

A região conta com diversos atrativos para o moto turismo nacional e internacional, incluindo igrejas centenárias, mirantes, paisagens naturais e um traçado com inúmeras curvas em um trecho de apenas 60

O parlamentar cita, na justificativa, que uma das modalidades de turismo que mais crescem no Brasil e no mundo é o motociclismo, tanto em eventos off-road quanto no chamado "moto passeio" ou moto turismo, no qual os amantes das duas rodas percorrem as rodovias, com preferência por aquelas com boa pavimentação, estrutura hoteleira e paisagens atrativas.

Já o projeto de lei 433/2025, do Poder Executivo, recebeu uma emenda e retornará à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto cria 95 Funções Comissionadas Executivas na Secretaria de Estado da Saúde. O Governo justifica que a proposta visa adequar a estrutura da pasta às suas necessidades administrativas, para uma prestação mais eficiente dos serviços públicos relacionados à formulação, organização e funcionamento da Política Estadual de Saúde.

"A criação das funções fortalecerá o quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde e apoiará o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito estadual, propiciando maior celeridade e qualidade aos programas e ações ofertados à população paranaense", diz o texto.

Redação final

E, por fim, segue para sanção o projeto de lei 256/2024, dos deputados Anibelli Neto (MDB) e Alexandre Curi (PSD), que cria a Rota de Turismo Sustentável Coração da Mata Atlântica Caiçara, de interligação entre os municípios do Litoral do Estado.

Alep

Chocolate causa acne e espinhas? Especialista esclarece

Dermatologista explica a relação entre a alimentação e saúde da pele

Com a chegada da Páscoa, o consumo de chocolate aumenta — e com ele, surgem também dúvidas sobre seus possíveis efeitos na pele. Afinal, o chocolate causa espinhas? Pode piorar quadros de acne? O Dr. Raul Cartagena Rossi, médico membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia e consultor de TheraSkin®, esclarece os principais mitos sobre o tema.

Antes de tudo, é importante lembrar: a alimentação tem, sim, impacto na saúde da pele. Mas, quando se fala em chocolate, existem muitas interpretações equivocadas. "O que realmente está associado ao surgimento da acne é o consumo excessivo de alimentos ricos em açúcar e laticínios. — Não o chocolate em si", explica o Dr. Raul.

Ele detalha que o problema está nos ingredientes mais comuns em chocolates ao leite e chocolate branco: "Leite e açúcar são elementos que favorecem a produção de sebo pelas glândulas sebáceas, provocando inflamação e, consequentemente, o aparecimento de espinhas".

Por outro lado, o chocolate amargo pode até ser benéfico. "O cacau, principal ingrediente do chocolate, contém flavonoides com ação antioxidante, que protegem contra os radicais livres. Também é fonte de magnésio e triptofano, substâncias que estimulam a produção de serotonina e endorfina, responsáveis pela sensação de bem-estar", destaca o dermatologista. "Por isso, a melhor escolha é o chocolate amargo, com pelo menos 60% de cacau na composição".

O especialista reforça que não é apenas o chocolate que pode influenciar a acne. "O consumo frequente de doces, alimentos gordurosos, derivados de leite e carboidratos simples, como farinha branca, eleva os níveis de insulina no sangue. Isso estimula a produção de hormônios androgênicos, que aumentam a atividade das glândulas sebáceas e favorecem o aparecimento de espinhas", diz.



Quem tem acne pode comer chocolate?

A recomendação do Dr. Raul é moderação: "Para quem tem predisposição à acne, o ideal é controlar o consumo e dar preferência ao chocolate amargo".

Além da alimentação, os cuidados diários com a pele fazem toda a diferença.

"A pele oleosa deve ser higienizada pelo menos duas vezes ao dia, com sabonetes adequados, que limpem sem agredir, preservando a barreira protetora da pele", orienta. E lembra: "Consultar um dermatologista é fundamental para escolher os produtos e tratamentos certos para cada tipo de pele". Para limpar a pele acneica e prevenir o surgimento de espinhas, a linha Cleany® é uma excelente aliada. Os géis de limpeza antioleosidade formulados com ácido hialurônico higienizam a pele de forma suave, hidratam e protegem a camada externa. Cleany® Controle é voltado para a pele mista à oleosa, de-

Foto: Divulgação

sobstrui os poros e trata dos quadros de acne. Já Cleany® Concentrado é feito para pele oleosa à acneica, traz a sensação de limpeza profunda da pele de forma confortável, com toque macio.

¹Dr. Raul Cartagena Rossi (CRM/SP: 224.016), Médico, Membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Farmacêutico Especialista em Farmacologia.

Sobre a TheraSkin®: Única farmacêutica brasileira especialista em pele, há 25 anos desenvolvendo e produzindo produtos dermatológicos e a primeira do país a utilizar a inteligência artificial para suporte da equipe de pesquisa no desenvolvimento de dermocosméticos. Comprometida em educar e conscientizar as pessoas a cuidarem da saúde da pele com responsabilidade, a indústria é alinhada à comunidade médica do começo ao fim de sua cadeia. Possui fábrica em São Bernardo do Campo, com laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento próprio.

8 dicas para deixar de ser refém do celular e das redes sociais

Brasileiros estão entre os que mais utilizam a internet e professora da ETT/UniSociec explica como esse "relacionamento abusivo" pode causar danos à saúde mental

Cada brasileiro utiliza, em média, dois dispositivos digitais em seu dia a dia: smartphones, computadores, tablets ou notebooks. O dado divulgado pelo Centro de Tecnologia de Informação Aplicada (FGVcia) revela o quanto as pessoas "dependem" da tecnologia em relacionamentos profissionais e pessoais.

Com a média de três celulares vendidos no país para cada aparelho de TV, o tempo que os usuários passam online é superior à média mundial. De acordo com o "Relatório Digital 2024: 5 billion social media users", publicado em parceria entre We Are Social e Meltwater, o Brasil é o segundo país do ranking, com média de 9h13 de conexão diária, atrás apenas da África do Sul com 9h24.

Desse total, o tempo médio gasto com redes sociais chega a 3h37 diariamente. Em relação à idade, 93,7% dos adolescentes entre 14 e 19 anos utilizam a internet. O percentual sobe para 95,9% na faixa dos 20 aos 24 anos, chegando a 96,3% no grupo entre 25 e 29 anos.

O índice se mantém superior a 93% na faixa entre 30 e 59 anos, quando começa a reduzir para 88% (no grupo entre 50 e 59 anos) e 66% a partir dos 60 anos. Graduada em Sistemas de Informação, Talita Caroli-



ne Oliveira Schmitt diz que um "engajamento" dessa proporção traz reflexos não apenas aos padrões de consumo de mídia e comportamentos sociais, mas também à saúde mental e às conexões pessoais.

"Essa é uma reflexão fundamental na era digital, pois, embora a internet tenha uma importância incontestável na vida das pessoas e ofereça inúmeras vantagens, o relacionamento dos brasileiros com as redes sociais já pode ser considerado abusivo", avalia a professora do curso técnico em Informática da Escola Técnica Tupy, que integra o ecossistema UniSociesc.

Segundo ela, para deixar de ser refém do celular e das redes sociais é essencial reconhecer o problema. No entanto, dominar a "compulsão" e equilibrar o uso de dispositivos eletrônicos com outras demandas da vida presencial nem sempre é fácil. Para ajudar nesse processo, a professora da ETT dá algumas dicas.

1. Identifique o problena

Reconheça quando o uso do celular e das redes sociais está se tornando excessivo ou prejudicial. Em geral, os sinais são sentimentos de ansiedade, necessidade constante de checar notificações ou sensação de que a vida gira em torno dessas plataformas.

2. Estabeleça limites

Defina horários específicos para usar o celular e as redes sociais. Por exemplo: limite o uso a uma ou duas horas por dia e evite o acesso às telas antes de dormir. Desative notificações de aplicativos que não são essenciais. Isso ajuda a reduzir a tentação de checar o celular constantemente.

3. Mantenha foco em atividades offline

Dedique tempo a atividades que não envolvem tecnologia, como ler, praticar esportes, cozinhar ou passar tempo com amigos e familiares. Técnicas de mindfulness, como meditação e ioga, ajudam a promover um estado mental mais calmo, o que aumenta a consciência

4. Reavalie relações online

sobre o uso do celular.

Limite contatos tóxicos fazendo uma limpeza nas redes sociais. Remova ou silencie pessoas que trazem negatividade ou que alimentam o ciclo de abuso. Siga conteúdos positivos, como

perfis que promovem bem--estar, empoderamento e qualidade de vida.

5. Busque apoio

Compartilhe suas preocupações com amigos ou familiares que possam oferecer apoio emocional. Se for o caso, considere terapia. Um profissional pode ajudar a lidar com os efeitos do uso abusivo das redes sociais e a desenvolver estratégias para recuperar a autonomia.

6. Educação e conscientização

Aprenda a diferenciar os sinais de relacionamentos saudáveis e abusivos. Ter clareza sobre os limites facilita a tomada de decisão, melhora a qualidade das interações online e reduz a necessidade de se manter

conectado. 7. Desconecte-se perio-

dicamente
Faça um detox digital, reservando um dia ou um fim de semana para se desligar completamente das redes sociais e do celular. Use esse tempo para fortalecer conexões presenciais e oxigenar a mente.

8. Estabeleça novas rotinas

Crie hábitos novos. Comece substituindo o tempo gasto desnecessariamente nas redes sociais por atividades que promovam bemestar, como exercícios físicos, leitura ou encontros com amigos.



NoroCast recebe a equipe da Assistência Social de Nova Esperança para falar sobre direitos, proteção e inclusão

Novo episódio destaca o trabalho da Assistência Social e mostra como as políticas públicas garantem direitos e transformam vidas.

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

Vai ao ar nesta terça-feira, (08), às 19 horas, mais um episódio do NoroCast - o podcast do Jornal Noroeste, no canal oficial do jornal no YouTube (youtube.com/@ jornalnoroeste3178). Com apresentação dos diretores Alex Fernandes França e José Antonio Costa, o programa desta semana recebe duas convidadas especiais que atuam diretamente nas políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social no município de Nova Esperança.

O episódio promove um diálogo esclarecedor com a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, que vai detalhar como funcionam os serviços, projetos e programas voltados à proteção de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de pobreza. A assistência social, como reforçam as convidadas, é um direito assegurado pela Constituição Federal e deve ser garantido com dignidade, sem discriminação, e com foco na promoção da autonomia e da cidadania.

Participam do episódio: Gloria Maria Uchoa Kawahisa – Secretária Municipal de Assistência Social



Gloria Kawahisa e Ana Lúcia Kraiewski durante participação no Norocast, falando sobre os desafios, avanços e ações da Assistência Social

desde 2017. Administradora formada pela antiga Fafipa, tem 30 anos de experiência como bancária e 12 anos no setor do agrocomércio.

Ana Lúcia Kraiewski – Assistente social desde
2011 em Nova Esperança,
coordena o Cadastro Único
e o Programa Bolsa Família
desde 2013. É pós-graduada
em Planejamento Social,
mestre em Ciências Sociais
pela UEM e atualmente doutoranda em Serviço Social e
Política Social pela UEL.

Durante o bate-papo, as

convidadas respondem a uma série de perguntas que ajudam a entender a importância da assistência social como política pública, seu papel na prevenção de desigualdades e na promoção do bem-estar social, além de apresentar dados e informações sobre os atendimentos realizados nos dois CRAS do município, o trabalho do CREAS, os projetos de convivência, as oficinas de capacitação, o funcionamento do Abrigo Esperança e o impacto dos programas "Brincar e

Aprender" e "Caminhando para o Futuro".

O episódio também destaca como o Conselho Tutelar, o Cadastro Único e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos atuam de forma integrada para garantir direitos e fortalecer vínculos comunitários. A organização e os resultados da Campanha do Agasalho 2025 também entram em pauta, com números expressivos de peças arrecadadas e famílias beneficiadas.

O NoroCast é uma produ-



Durante a gravação do NoroCast: as convidadas Gloria Kawahisa e Ana Lúcia Kraiewski ao lado dos apresentadores Alex Fernandes França e José Antonio Costa em um batepapo sobre os caminhos da Assistência Social

ção do Jornal Noroeste, que reafirma seu compromisso com a informação de qualidade, aprofundada e conectada com as demandas da comunidade.

Oferecimento:

Recanto Pet – Tudo para seu pet em um só lugar!

Av. Rocha Pombo, 1266 – Centro, Nova Esperança/PR Banho e tosa, clínica veterinária com plantão, medicamentos, brinquedos, petiscos e muito mais. Entregas na cidade e região. Leve seu animalzinho para conhecer a Recanto Pet!

Assista no canal do Jornal
Noroeste no YouTube:

youtube.com/@jornalno-roeste3178

NoroCast – Informação, diálogo e conexão com você!





Secretaria Municipal de Saúde

